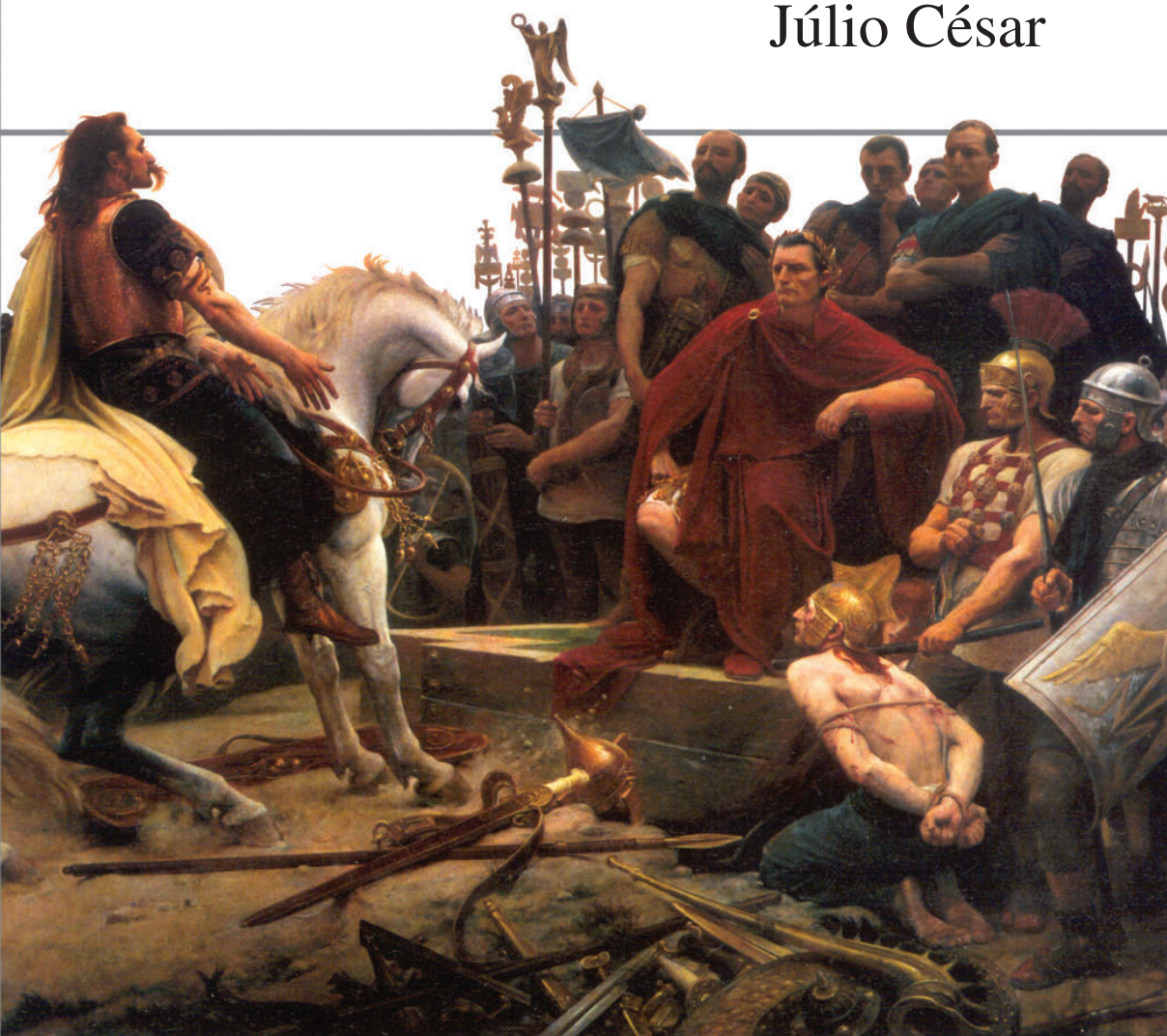


A ESTRATÉGIA AO SERVIÇO DA POLÍTICA, DA GUERRA, DAS EMPRESAS
CLÁSSICOS DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO

A Guerra das Gálias

Júlio César



Introdução e Notas
VICTOR RAQUEL


EDIÇÕES SÍLABO

TÍTULOS PUBLICADOS NESTA COLECÇÃO

1. *Princípios da Guerra* de Carl von Clausewitz.
Introdução e Comentários de Francisco Abreu.
2. *Como Fazer a Guerra* de Napoleão Bonaparte.
Introdução e Comentários de António Paulo Duarte.
3. *Os Seis Ensinaamentos Secretos* de T'ai Kung.
Introdução e Notas de Francisco Abreu.
4. *Introdução à Estratégia* de André Beaufre.
Prefácio de Abel Cabral Couto.
5. *A Guerra das Gálias* de Júlio César.
Introdução e Notas de Victor Raquel.
6. *Problemas Estratégicos da Guerra Subversiva* de Mao Tse-Toung.
Estudo Introdutório de José Alberto Loureiro dos Santos.
7. *Reflexões sobre a Arte de Vencer* de Frederico II da Prússia.
Estudo Introdutório de Viriato Soromenho-Marques.
8. *Estratagemas* de Sexto Júlio Frontino.
Introdução e Notas de Miguel Mata.
9. *Teoria do Combate* de Carl von Clausewitz.
Estudo Introdutório e Notas de Pedro de Pezarat Correia.
10. *Manual de Estratégia Subversiva* de Vo Nguyen Giap.
Estudo Introdutório de Francisco Proença Garcia.
11. *A Arte da Guerra* de Sun Tzu.
Introdução e Notas de Lionel Giles.
12. *A Arte da Guerra* de Nicolau Maquiavel.
Estudo Introdutório e Notas de David Martelo.
13. *Cipião, o Africano – Maior que Napoleão* de B. H. Liddell Hart.
Prefácio de Garcia Leandro.
14. *Tratado de Ciência Militar* de Flávio Vegécio Renato.
Estudo Introdutório e Notas de Adriaan De Man.
15. *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel.
Estudo Introdutório e Notas de David Martelo.
16. *Grandes Estrategistas Portugueses – Antologia*.
Organização e Coordenação de António Paulo Duarte e António Horta Fernandes.
17. *Quinze Batalhas Decisivas da Humanidade*
– *De Maratona a Waterloo* de Edward S. Creasy.
Prefácio de José Varandas.
18. *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides.
Tradução, Estudo Militar Introdutório e Notas de David Martelo.
Estudo Introdutório de Luís Lobo-Fernandes.
19. *O Fio da Espada e A Discórdia Entre o Inimigo* de Charles de Gaulle.
Estudo Introdutório de Nuno Mendes.
20. *Compêndio da Arte da Guerra* de Antoine-Henri Jomini.
Estudo Introdutório e Notas de David Martelo.
21. *Seis Grandes Comandantes* de Theodore Ayrault Dodge.
Estudo Introdutório de Fernando Cardoso de Sousa.
22. *Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio* de Nicolau Maquiavel.
Estudo Introdutório e Notas de David Martelo.

A GUERRA
DAS
GÁLIAS

Coordenador Editorial da Coleção

FRANCISCO ABREU

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas e Mestre em Estratégia. Autor de *Estratégia – O Grande Debate: Sun Tzu e Clausewitz* (2000, 2001) e *Fundamentos de Estratégia Militar e Empresarial* (2002), e co-autor de *Pensar a Estratégia: do político-militar ao empresarial* (2004).

Autor da Introdução e Notas

VICTOR RAQUEL

Licenciado em História. Prepara actualmente uma dissertação no âmbito do Mestrado em Estratégia. Tem desempenhado funções em diversas instituições culturais de utilidade pública, no ensino da história e da estratégia.

A presente tradução d'*A Guerra das Gálias*, da responsabilidade de Angelina Pires, foi realizada a partir de uma edição em latim do século XVI e comparada com as edições de referência em língua francesa e inglesa:

1. CAESARIS C, IULLII (1513), *De Bello Gallico Commentarius*, Venetiis, Mense (o manuscrito foi concluído em 1513 e a obra provavelmente impressa em 1563).
2. CÉSAR, *La Guerre des Gaules*, com Introdução e Comentários de Maurice Rat, Paris, Flammarion, 1964.
3. CAESAR, *The Conquest of Gaul*, com Introdução e Comentários de Jane Gardner, London, Penguin Books, 1982

Revisão da tradução: Victor Raquel.

Ilustrações: Sérgio Veludo Coelho.

IMAGEM DA CAPA: *Vercingétorix depõe armas aos pés de César* (1899) de Lionel Noël Royer (1852-1926).

IMAGENS DA CONTRA-CAPA: Busto de Júlio César. Carga de infantaria, representando a célebre fúria gaulesa.

CLÁSSICOS DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO

A GUERRA DAS GÁLIAS

JÚLIO CÉSAR

Introdução, Biografia,
Notas e Legendas das figuras
VICTOR RAQUEL

EDIÇÕES SÍLABO

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio, **NOMEADAMENTE FOTOCÓPIA**, esta obra. As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor.

Visite a Sílabo na rede
www.silabo.pt

Editor: Manuel Robalo

FICHA TÉCNICA

Título: A Guerra das Gálias

Autor: Júlio César

© Língua Portuguesa, Edições Silabo, Lda.

Capa: Pedro Mota

1ª Edição – Lisboa, Junho de 2004

1ª Edição, 2ª Impressão – Lisboa, Setembro de 2016

Impressão e acabamentos: DPS, Lda.

Depósito Legal: 212322/04

ISBN: 978-972-618-334-1

EDIÇÕES SÍLABO, LDA.

R. Cidade de Manchester, 2

1170-100 Lisboa

Telf.: 218130345

Fax: 218166719

e-mail: silabo@silabo.pt

www.silabo.pt

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
ROMA: POTÊNCIA TRADICIONALMENTE AGRESSIVA OU DEFENSORA INTRANSIGENTE DOS SEUS INTERESSES?	15
AS ORIGENS DE ROMA: A FUNDAÇÃO E A MONARQUIA	15
DO DOMÍNIO ETRUSCO À REPÚBLICA	19
A REPÚBLICA: DAS ORIGENS ÀS GUERRAS PÚNICAS	21
AS GUERRAS SAMNITAS E A HEGEMONIA NA PENÍNSULA ITÁLICA	25
O CASO DE PIRRO: A QUESTÃO DA VONTADE	26
AS GUERRAS PÚNICAS: <i>CARTAGO DELENDA EST</i>	27
A PRIMEIRA GUERRA PÚNICA	30
A SEGUNDA GUERRA PÚNICA	31
A HEGEMONIA NO MEDITERRÂNEO	34
O ORIENTE: AS NOVAS AMEAÇAS	35
A AMEAÇA PERMANENTE	36
A CONSISTÊNCIA ROMANA	37
UM NOTÁVEL EXEMPLO DE COERÊNCIA	41
JÚLIO CÉSAR – O HOMEM	45
ORIGENS E EDUCAÇÃO	45
A CARREIRA POLÍTICA E MILITAR	47
O CONSULADO DE CÉSAR	52
A GUERRA CIVIL E A DITADURA DE CÉSAR	55
A DITADURA PERPÉTUA E O ASSASSINATO	56
O SEU LEGADO	58

PARTE I

A NEUTRALIZAÇÃO DA AMEAÇA

LIVRO PRIMEIRO

DESCRIÇÃO DA GÁLIA	65
A DERROTA DOS HELVÉCIOS	66
EXPULSÃO DOS GERMANOS	83

PARTE II

A ANEXAÇÃO DA GÁLIA

LIVRO SEGUNDO

CAMPANHA MILITAR NA BÉLGICA	103
A DERROTA DOS NÉRVIOS	110
A CAPTURA DA CIDADE FORTIFICADA DOS ATUATUCOS	117

LIVRO TERCEIRO

OPERAÇÕES MILITARES NOS ALPES	121
ANEXAÇÃO DA COSTA ATLÂNTICA	124
CAMPANHA MILITAR NA AQUITÂNIA	131
OPERAÇÕES CONTRA OS MÓRINOS E OS MENÁPIOS	135

LIVRO QUARTO

OPERAÇÕES MILITARES NA GERMÂNIA	137
A PRIMEIRA INCURSÃO NA BRETANHA	146
A DERROTA DOS MÓRINOS E DOS MENÁPIOS	155

PARTE III

A SUBLEVAÇÃO DA GÁLIA

LIVRO QUINTO

A INVASÃO DA BRETANHA	159
A REVOLTA NA BÉLGICA	172
REVOLTAS NA GÁLIA DO NORTE E CENTRAL	185

LIVRO SEXTO	
A DERROTA DOS TRÉVEROS	189
A SEGUNDA TRAVESSIA DO RENO	193
DESCRIÇÃO DOS GAULESES	194
DESCRIÇÃO DOS GERMANOS	199
OPERAÇÕES MILITARES NO NORTE DA GÁLIA	202

LIVRO SÉTIMO	
A LIDERANÇA DE VERCINGÉTORIX	213
CERCO E CAPTURA DE AVÁRICO	219
O CERCO DE GERGÓVIA	228
A EVOLUÇÃO DOS COMBATES	239
O CERCO E CAPTURA DE ALÉSIA	246

PARTE IV

DEPOIS DA TORMENTA

LIVRO OITAVO	
DE AULUS HIRTIUS A BALBUS	263
A ÚLTIMA REVOLTA	264
A CAPTURA DE <i>UXELLODUNUM</i>	278
ADVERTÊNCIA DE BALBUS	285
PRELÚDIO À GUERRA CIVIL DE 49 A.C.	285

ILUSTRAÇÕES	289
COMENTÁRIOS ÀS ILUSTRAÇÕES	295

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	301
----------------------------	-----

INTRODUÇÃO

Ano de 58 a.C. Em breve terá início um drama de proporções inimagináveis, que marcou de forma indelével o curso da história.

Foi precisamente nesta data que se desencadeou uma acção militar que consistiu na anexação, por via da força armada organizada, de uma vasta região da Europa Ocidental, correspondente, grosso modo, à área da actual França, Suíça e Bélgica. Para além da integração desta região, foram também realizadas expedições militares em território da actual Holanda, Alemanha e, mesmo, em Inglaterra.

Estamos a descrever, em toda a sua latitude geográfica global, o conflito que entrou para a história sob a designação de «Guerra das Gálias».

O conflito que agora se prefigura opõe três actores fundamentais: a República Romana, um conjunto de povos conhecidos genericamente por Celtas, a quem os Romanos chamavam Gauleses, e os Germanos.

Ao afirmar esta noção fundamental, colocamos em causa a ideia que geralmente transparece de que a Guerra das Gálias consistiu numa oposição linear entre dois antagonistas principais: os Romanos e os Celtas.

De facto, convirá não perder de vista que existiu um outro actor fundamental no xadrez geoestratégico do conflito, os Germanos. E que este actor assumiu um carácter central no desencadeamento da acção militar, na sua duração e configuração. A sua presença foi muitas vezes decisiva, e muito contribuiu para moldar o carácter verdadeiramente complexo e assombroso desta guerra, que teve como protagonistas líderes militares que, pela sua acção e desempenho, conquistaram a imortalidade. Estamos a falar de *Vercingétorix*, destacado líder Celta, *Ariovisto*, de origem Germânica e, como não podia deixar de ser, *Júlio César*, o líder militar romano.

Este conflito, por outro lado, fica marcado por uma oposição geopolítica fundamental; vamos assistir ao confronto de um Estado com um grau de organização política, cultural, económica e militar evoluída, tendo em conta os padrões civilizacionais da época, contra povos com um tipo de organização diferente, mais rudimentar e menos evoluída, praticamente

em todos os domínios tipificadores e que consubstanciam uma definição conceptual de civilização.

Do ponto de vista militar podemos colocar o problema de forma análoga. A República Romana possui um nível de sofisticação técnica e tecnológica, de organização e logística, sem paralelo nos seus adversários.

No entanto, e apesar do que fica dito, estes não eram adversários para encarar de ânimo leve. O que lhes faltava em tecnologia, sobrava-lhes em espírito de sacrifício; o défice em organização militar era compensado com uma bravura extrema; o que lhes faltava em rigor e frieza sobrava em paixão, emotividade e ferocidade.

Para além destas considerações, tinham a seu favor uma colossal superioridade numérica e a qualidade das suas armas estava perfeitamente adaptada ao seu modo de fazer a guerra e às suas tácticas de combate. O conhecimento do terreno, o facto de estarem a combater pela sua terra e pelo seu modo de vida, contribui para, no mínimo, colocar em respeito um adversário teoricamente mais poderoso, independentemente do grau de sofisticação da tecnologia de que dispunham.

Germanos e Celtas não eram povos desconhecidos por Roma; muito pelo contrário, ao longo da sua história os contactos foram regulares e os confrontos bélicos uma realidade. São lendárias as invasões da Península Itálica por parte dos Celtas, no século IV a.C. Destroçaram todos os que se lhe opuseram, nomeadamente os Etruscos e, inclusivamente, cercaram e destruíram Roma, à excepção do Capitólio, que resistiu.¹

No século II a.C., Cimbros e Teutões, naquela que Fernand Braudel afirma ser a mais formidável invasão antes dos grandes movimentos dos povos Germânicos no século V d.C.,² colocam a ferro e fogo uma vasta área da Europa Ocidental. A violência e devastação que provocam deixam uma lenda de horror e uma tomada de consciência de um enorme perigo vindo do norte. O pavor Cimbro e Teutão sobreviverá em Roma.

Em meados do século I a.C., Roma, do ponto de vista geoestratégico, estava numa situação que no mínimo podemos classificar como complexa. Não se subscreve a ideia tradicional de um expansionismo agressivo, por parte de uma potência que, após a derrota de Cartago, dominava a seu belo prazer toda a vasta região que oscilava desde o actual território Português e restante Península Ibérica à Gália Cisalpina; da Península Ita-

(1) BRAUDEL, FERNAND, *Memórias do Mediterrâneo, Pré-História e Antiguidade*, Lisboa, Terramar, 2001, p.301.

(2) BRAUDEL, FERNAND, *op. cit.*, p.318.

liana à actual Grécia, passando pelo controlo de uma extensa área no Norte de Africa até à fronteira de um Egipto ainda independente.

Roma foi sem dúvida uma potência regional, hegemónica no mar Mediterrâneo, o *Mare Nostrum*, onde se instalou sem que qualquer outra potência, já nesta data, fosse capaz de a desafiar. Mas as suas fronteiras eram extensas, e em muitas regiões o perigo era real, visto possuir adversários à sua altura, capazes de a afrontar e de colocar em xeque o seu poder, como também, e acima de tudo, a própria integridade territorial da Península Itálica.

Para adensar ainda mais o problema, o controlo que Roma exercia nas regiões nominalmente anexadas, ou sob a sua esfera de influência política e militar, era neste período muito incipiente. Nesta época, detinha capacidade para manter uma autoridade efectiva sobre povos e territórios debilmente organizados, jurídica e administrativamente.

Quanto às potências rivais, capazes de importunar o poder de Roma, destacamos, a oriente, os Partos Arsácidas, um reino herdeiro das melhores tradições do Império Persa. Este povo era poderoso e temível, evoluído do ponto de vista político e militar. Está sem dúvida integrado na categoria das potências organizadas e desenvolvidas capazes de desafiar, com vantagem, o poder de Roma.¹

A norte situa-se a Gália, habitada por um conjunto de povos que, do ponto de vista político, possuem instituições formais de governo que definem um tipo de Estado embrionário e rudimentar.² Em simultâneo, subsistem confederações tribais hierarquizadas e unidas por laços de servidão entre os seus líderes.

Ainda na referida região, subsistem povos num estado de organização política elementar. Será este mosaico complexo que os Romanos enfrentarão quando se der o choque.

Do ponto de vista militar, estes povos não eram dignos de menosprezo, por serem herdeiros de uma cultura que privilegiava o culto marcial e as qualidades guerreiras dos indivíduos. Estas qualidades eram a condição básica para a obtenção da liderança no seu povo e para o domínio dos vizinhos.

O seu poder, áurea guerreira e a sua conduta bélica eram respeitadas por todos aqueles que já os tinham defrontado e a sua fama era conhecida

(1) GOLDSWORTHY, ALAN KEITH, *The Roman Army at War, 100BC – AD200*, Oxford, Oxford classical monographs, 1998, pp.60-68.

(2) GOLDSWORTHY, ALAN KEITH, *op. cit.*, pp.53-55.

em todos os recantos do mundo conhecido. Eram uma ameaça real e muito respeitável. Os Romanos sabiam-no.

A norte e nordeste, era território dos Germanos, um conjunto de povos que tinha origem para lá das margens do Reno e do Danúbio. Mais atrasados do ponto de vista político e cultural que os Gauleses, a sua fama e ferocidade ultrapassam a destes. A sua organização política e social consistia basicamente em tribos que, por sua vez, se subdividiam em clãs. O clã era constituído por um rei, um concelho de nobres guerreiros e uma assembleia de homens livres.¹ Não possuíam uma organização, mesmo rudimentar, de algo que pudesse assemelhar-se a um Estado. A tribo e o clã eram as unidades sócio-políticas fundamentais. A guerra era uma actividade natural, mesmo central na vida destes povos.

O relevo que os povos Germânicos assumem no contexto geoestratégico de meados do século I a.C. é decisivo para Roma.

A lembrança do terror Cimbro e Teutão é bem visível e patente nos Romanos em geral, e nos seus legionários em particular. Houve casos em que só a intervenção de um chefe militar decidido e respeitado, como Júlio César, evitou a debandada geral.

A Guerra que iria ter lugar nas terras da Gália não é, como algumas correntes da historiografia parecem sugerir, resultado da agressividade de uma potência com pretensões hegemónicas, aliadas à vontade incomensurável de um líder político e militar em obter fama, lucro, glória e poder.

Como é óbvio, estas noções não são totalmente infundadas; no entanto, algo de mais profundo e complexo, como adiante tentaremos expor, está na origem do desencadear do conflito.

Neste momento, estamos em condições de afirmar que a causa directa do conflito foi a enorme movimentação de povos Celtas e Germanos na fronteira norte da República Romana.

Ao saber que determinados povos de origem Germana estavam a pressionar os Helvécios, de origem Celta, para junto da sua fronteira norte, reage, por intermédio de um dos seus mais brilhantes líderes, para debelar o perigo.

Mais especificamente, o conflito teve a sua origem numa sensação geral de insegurança. Roma ataca para se defender, qual mecanismo de auto-defesa para assegurar a integridade, protecção e manutenção do seu território.

⁽¹⁾ *Idem*, pp.42-43.

Como tantas vezes ao longo da sua história, demonstrou mais uma vez estar preparada para o desafio.

Roma: potência tradicionalmente agressiva ou defensora intransigente dos seus interesses?

São duas as correntes tradicionalmente utilizadas pelos historiadores para interpretar o processo de expansão de Roma.

A primeira, extremamente popular no início do século XX, defendia que esta entrava em guerra para defender a sua segurança e a dos seus aliados, contra as diversas ameaças, reais ou imaginárias, que determinadas unidades políticas colocavam.

No final do século XX surge uma corrente diametralmente oposta, que sustenta a tese de uma potência agressiva, desejosa de aventuras militares, nomeadamente no que se refere às suas elites políticas, cujo desejo de poder e riqueza justifica as inúmeras campanhas militares que tinham como corolário a submissão e incorporação de um vasto conjunto de povos e regiões. Nos termos desta tese, a sua presença não é entendida como sinónimo de progresso e civilização; pelo contrário, é concebida como uma presença rapace da riqueza e recursos naturais, opressora do modo de vida e da cultura dos povos locais.

O raciocínio que a seguir iremos desenvolver irá interpretar esta questão à luz da geopolítica e da geoestratégia.

As origens de Roma: a fundação e a monarquia

No século VIII a. C. Roma mais não era que uma pequena cidade, situada na região central da Península Itálica, mais concretamente, edificada nas margens do rio Tibre. Esta região, situada entre o *Monte Albanus*, na cordilheira dos Apeninos, os lagos Alba e Némi, e o planalto que a partir daí desce em direcção ao mar, a sul do rio Tibre, é designada por Lácio.

A arqueologia pode afirmar que a cidade surge do crescimento de um conjunto de pequenas povoações, de aldeias implantadas nas vertentes das colinas – as sete colinas de Roma – voltadas para uma planície, ou seja,

as vertentes norte e leste do *Palatino*, do *Vélia*, do *Oppius*, do *Vimial* e do *Esquilino*. Com o evoluir do tempo este grupo de aldeias cresceu e converteu-se numa cidade.¹

A tradição propõe o ano de 753 a.C. como data para a sua fundação. Mais concretamente, a 21 de Abril. Foi neste dia que Rómulo, o pai criador, teria traçado o sulco sagrado delimitando o terreno onde se edificou a cidade.²

Nesta época não existiam muralhas e os seus edifícios eram construídos em madeira e colmo, simples e rudes, como os seus construtores.

Roma era apenas mais uma, entre muitas cidades Latinas, nem de longe nem de perto a maior, a mais evoluída ou a mais civilizada.

Os Romanos eram de origem Latina, sendo que os Latinos, por sua vez, na época que estamos a tratar, eram uma minoria no complexo tabuleiro geopolítico da Península Itálica.

Quanto ao regime político inicial era uma Monarquia. Segundo Finer, “*tal como na maioria, se não em todas, as sociedades tribais indo-europeias (...), o regime romano primitivo consistiu num Rex, um concelho de anciãos e uma assembleia de guerreiros.*”³

Na Península Itálica co-habitavam inúmeros povos, de várias culturas, que falavam várias línguas e que se encontravam em estádios civilizacionais muito distintos.

A civilização e o progresso localizava-se a norte, na actual Toscana, área sob esfera de influência e dominada pelos Etruscos, e a sul, nas cidades Gregas de *Siracusa* e *Tarento*.⁴

A situação geoestratégica poder-se-á resumir da seguinte forma: a Península Itálica estava retalhada num conjunto de pequenas potências e de povos constantemente em guerra. Os conflitos entre Sabinos, Hérnicos, Voluscos, Tusculos, Rútulos e Oscos eram frequentes.

Estes conflitos tinham por finalidade obter ganhos territoriais, acesso a matérias-primas vitais, controlo de rotas comerciais importantes, ou obter segurança num contexto hostil.

(1) GRIMAL, PIERRE, «A Antiguidade» in *História Geral da Europa*, Mem-Martins, Europa-América, s.d., p.162.

(2) GRIMAL, PIERRE, *op. cit.*, p.162.

(3) FINER, S. E., *A História do Governo, Monarquias e Impérios Antigos*, Vol.I, Mem-Martins, Europa-América, 2003, p.419.

(4) FINER, S. E., *op. cit.*, p.418.

A estas pequenas unidades políticas, como acima já referimos, temos que adicionar a presença de potências regionais, mais desenvolvidas e poderosas do ponto de vista político, cultural e militar: os Etruscos¹, que formavam uma confederação de cidades na Toscana, e as cidades Gregas do sul, que se instalaram na Península Itálica a partir de meados do século VIII a.C.²

Estas potências regionais optaram por processos e formas de expansão distintas. Quanto aos Gregos, a sua instalação fez-se por via marítima, ocupando espaços litorais, preferencialmente onde não existissem antagonistas poderosos.³

Os seus principais objectivos seriam: obter o domínio marítimo, controlar as rotas comerciais existentes na zona intermédia do Mediterrâneo e ter acesso às matérias-primas existentes na região.

Como seria de esperar, a sua instalação na extensa faixa litoral depressa começa a despertar a concorrência de outros povos, com intenção de disputar o controlo das principais posições estratégicas.

Os Gregos, como afirma Fernand Braudel, “... *procuraram a rota do oeste, a rota dos metais, mas não a dominaram verdadeiramente.*”⁴

Num plano geoestratégico mais vasto, enfrentavam a competição dos Púnicos pelo controlo das rotas e posições-chave no mar Mediterrâneo, na Sicília e, para oeste, em direcção à Península Ibérica.

De um ponto de vista restrito, em relação à Península Itálica, entram em competição com os interesses dos Etruscos, que reforçam as suas posições na Campânia.

O acesso ao mar Tirreno é-lhes vedado após a batalha naval travada próximo de *Alália*, na Córsega, em meados do século VI a.C., entre uma armada Grega e uma armada conjunta de Etruscos e Cartagineses.⁵

(1) A designada confederação das 12 cidades, cada uma com alguma liberdade de acção para prosseguir determinados objectivos individuais e particulares. No entanto, assumiam uma posição comum quando estava em causa o interesse colectivo. Quando fosse necessário conciliar esforços para atingir determinados objectivos políticos, de segurança e defesa ou económicos, a referida confederação de cidades actuava em concertação de esforços.

(2) BRAUDEL, FERNAND, *op. cit.*, p.228.

(3) *Idem*, p.248

(4) *Idem*, p.249.

(5) *Idem*, p.234.

Quanto aos Etruscos, o seu processo de expansão assume um carácter essencialmente terrestre, dispondo no entanto de um razoável poder naval que lhes permitia assegurar a defesa do seu território e de algumas vias comerciais importantes, nomeadamente no mar Tirreno.

No auge do seu poder, a Etrúria conseguiu expandir-se em duas direcções opostas, ultrapassando os limites da Toscana. Para norte, a partir do século VIII a.C., a sua expansão transpôs os Apeninos em direcção ao delta do Pó e ao mar Adriático. Para sul, alcançaram a rica planície da Campânia.

No entanto, existia um problema geoestratégico complexo: o seu território tem um carácter descontínuo. Entre a Etrúria metropolitana (a norte) e *Cápua* (a sul), subsistiam territórios que estavam fora do seu controlo. Mais precisamente, uma parte significativa do Lácio, entre o rio Tibre e a fronteira norte dos territórios de *Cápua*. Neste contexto, tornava-se vital obter uma ligação terrestre segura.

A junção seria indispensável para a manutenção da cidade de *Cápua* e seus territórios, face à constante ameaça dos povos montanheses vizinhos, extremamente belicosos. Esta situação colocava aos Etruscos um problema de segurança muito sério

Por volta do século VI a.C., avançam para sul com uma intenção clara de atenuar esta vulnerabilidade. Esta acção pretende eliminar o carácter territorial descontínuo das suas possessões, assegurar a sobrevivência do enclave sul e reforçar a sua presença militar na Península Itálica.

Como nos refere Fernand Braudel, “... a melhor passagem do Tibre encontrava-se à altura da velha ponte Sulpício, em frente da ilha *Tiberina*.”¹ Estamos a falar da cidade de Roma, que desta forma fica sob a esfera de influência dos Etruscos.

Envolvida num contexto geoestratégico complexo, a jovem Monarquia Romana é dominada perante o avanço de uma potência regional poderosa, num jogo de poder que fica muito acima das suas reais possibilidades políticas e militares. O novo poder mantém o regime político, a Monarquia, só que desta feita sob autoridade de uma nova dinastia.

⁽¹⁾ *Idem*, p.233.

Do domínio Etrusco à República

A anexação de Roma pela Etrúria foi um período de grande desenvolvimento político, cultural e militar. Os especialistas são unânimes quanto a este facto: “*Foi com elas [Etrúria e colónias Gregas] que a cidade aprendeu os aspectos básicos da civilização: o alfabeto, a arquitectura e a organização militar.*”¹

Por outro lado, Pierre Grimal coloca o acento tónico nas alterações à estrutura política, administrativa e social de Roma.²

Terá sido durante este período que, segundo a maioria dos autores, se torna possível falar na criação de um Estado.³

As famílias instaladas fora do perímetro da cidade obtêm o estatuto de cidadãos e participam na vida pública. Em simultâneo, são suprimidas as antigas tribos e institui-se uma dupla divisão social: a das tribos territoriais e as classes sociais.⁴

No entanto, foi com Sérvio Túlio, que reinou entre os anos de 580 a 530 a.C., que assistimos a um período de excepcional desenvolvimento. Lawrence Keppie refere, com toda a sua autoridade: “*Sérvio tem o mérito de estabelecer muitas das instituições iniciais do Estado Romano.*”⁵

Do ponto de vista militar as implicações foram profundas, assistindo-se à introdução de um novo sistema militar.

A nova organização política e social teve reflexos importantes a este nível. Senão vejamos: cada cidadão, de acordo com a sua posição social e capacidade financeira, possuía um lugar próprio e contribuía de forma específica para a organização e equipamento militares.

(1) FINER, S. E., *op. cit.*, p.418

(2) GRIMAL, PIERRE, *op. cit.*, pp.164-166.

(3) No caso em análise, estamos a falar de uma Cidade-Estado.

(4) O termo «classe» social não é consensual entre os especialistas da História de Roma. Aqueles que não subscrevem a utilização deste termo contrapõem que o conceito mais indicado para definir a realidade social de Roma, nesta época, será o de «ordem» social. Citando o Prof. Aldo Schiavone: “*Nem mesmo no auge do seu desenvolvimento a sociedade Romana foi uma autêntica sociedade de classes, pelo menos como entendemos hoje essa palavra.*”. CHIAVONE, ALDO, «Roma» in JAGUARIBE, HÉLIO, *Um estudo crítico da História*, Vol. I, S. Paulo, Terra e Paz, 2001, pp.650-651.

(5) KEPPIE, LAWRENCE, *The making of the Roman army, from the Republic to the Empire*, University of Oklahoma press, 1998, pp.15-16.

Os mais ricos e influentes formavam o núcleo das unidades de cavalaria, os *equites*, que, segundo Lawrence Keppie, “eram compostos por 18 centúrias.”¹

No entanto, o pilar central das forças militares era composto pela infantaria. Os indivíduos que apareciam imediatamente a seguir, na hierarquia social e económica, tinham que contribuir para o serviço militar e angariar o seu próprio equipamento, de acordo com as suas possibilidades económicas.

Os mais abastados adquiriam todo o equipamento defensivo e ofensivo, composto por diversas peças de protecção corporal, escudos, lanças e espadas, respectivamente. Os indivíduos mais desfavorecidos economicamente, não possuindo recursos para tal, alinhavam com todo o tipo de armamento que estivesse ao seu dispor, com ou sem protecção corporal.

A nova organização social e as rígidas normas colectivas permitem a fácil e célere introdução de um exército *hoplita*.²

O termo *hoplita* significa, literalmente, homem armado com um *hoplon*, ou seja, com um escudo circular de origem Grega e que constitui o elemento principal da linha de batalha a partir de 675 a.C.³ A infantaria pesada apresenta-se como elemento principal das formações tácticas da época.

Em combate, avançavam em ordem cerrada, com os escudos encaixados uns nos outros e com as suas lanças desferindo golpes frontais. A formação táctica resultante é designada por *falange*.⁴

As baixas em combate, na primeira linha, eram imediatamente substituídas pelos infantes da segunda linha e assim sucessivamente. Este modelo teve bastante sucesso e subsistiu, em Roma, pelo menos até finais do século IV a.C.⁵

(1) KEPPIE, LAWRENCE, *op. cit.*, p.16.

(2) A formação *hoplita* é utilizada pelos Etruscos, mas que em última análise é uma importação de origem Grega.

(3) KEPPIE, LAWRENCE, *op. cit.*, p.17.

(4) Esta formação táctica, composta por linhas de combate em fileiras cerradas, essencialmente formadas por infantaria pesada, equipadas com um escudo circular e lança relativamente longa (cerca de 2 metros), constituía o modelo táctico padrão da Guerra do Peloponeso, da Guerra contra os Persas e dos exércitos Espartano e Ateniense. Foi um legado militar importante do auge da civilização Grega.

(5) KEPPIE, LAWRENCE, *op. cit.*, p.19.

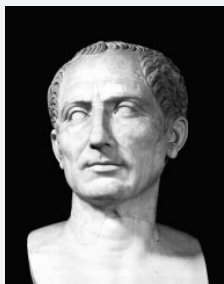
A ESTRATÉGIA AO SERVIÇO > DA POLÍTICA > DA GUERRA > DAS EMPRESAS

Quando dois ou mais países se confrontam na cena internacional com vista a defenderem os seus interesses; quando dois ou mais partidos se defrontam na arena da rivalidade política com o intuito de conquistar o eleitorado; quando duas ou mais empresas se digladiam para obter e preservar vantagens competitivas, as ferramentas que o pensamento estratégico disponibiliza assumem um carácter decisivo.

Essa sublime ciência a que os gregos chamavam estratégia tem o dom de nos fascinar precisamente porque se dedica ao estudo daqueles relacionamentos conflituais ou competitivos a partir dos quais se determinam vencedores e vencidos.

CLÁSSICOS DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO

Com esta colecção, inédita no panorama editorial português, pretende-se dar a conhecer a um público vasto, não familiarizado com as experiências e as reflexões que nesta área foram sendo acumuladas ao longo dos últimos dois milénios e meio, algumas das obras e dos autores que marcaram a evolução do pensamento e da acção estratégica.



JÚLIO CÉSAR

Líder político e militar genial, entrou para a história como o conquistador da Gália. Foi o responsável pela derrocada final do sistema de governo Republicano e criou as bases essenciais do Império, ao qual as gerações posteriores ficaram a dever vários séculos de paz e prosperidade. Estrategista de excepcional qualidade, possuía uma confiança ilimitada nas suas capacidades intelectuais e qualidades de liderança. Interpretou a cultura estratégica Romana com um requinte e mestria tais que muitos o classificam como a figura mais marcante de toda a antiguidade clássica, depois de Alexandre o Grande.



A GUERRA DAS GÁLIAS

Escrita com grande elegância, tem-se afirmado como uma obra de inegável valor documental e histórico. Mas uma leitura mais atenta revelará também propostas notáveis para o estudo da fenomenologia estratégica, assim como uma visão clara e sofisticada dos mecanismos conceptuais de que a Roma antiga dispunha para lidar com ambientes de natureza conflitual. Relato vívido dos acontecimentos, saído do punho do vencedor, acaba afinal por nos recordar que a estratégia ultrapassa em muito o choque puro e duro das armas.

ISBN 978-972-618-334-1



9 789726 183341